
TRAJETÓRIAS, ENGAJAMENTOS E LUTAS DE LIDERANÇAS LÉSBICAS EM SERGIPE¹

TRAJECTORIES, ENGAGEMENTS AND STRUGGLES OF LESBIAN LEADERSHIPS IN SERGIPE

Marcos Ribeiro de Melo (DEDI/UFS)²

RESUMO: O artigo analisa o engajamento político de lideranças do movimento lésbico sergipano, surgido na década de 2000. Focalizaram-se as condições de constituição da mobilização, as redes sociais forjadas pelas líderes e o papel do Estado junto à configuração das lutas. Entrevistas biográficas, observação de inspiração etnográfica, o diário de campo e a análise documental foram as principais fontes primárias para a pesquisa. Os resultados apontam a aliança com o Estado como um aspecto imprescindível para o surgimento e o fortalecimento da luta em Sergipe e o engajamento das líderes.

PALAVRAS-CHAVE: Engajamento; Lideranças; Movimento lésbico; Estado; Sergipe.

ABSTRACT: The article analyzes the political engagement of leaders of the lesbian movement in Sergipe, emerged in the 2000's. We focused on the circumstances in which the mobilization, social networks forged by leaders and role of the state with the configuration of the struggles. Biographical interviews, ethnographic observation, diary and document analysis were the major primary sources for research. The results show the alliance with the state as an essential aspect for the emergence and strengthening of the fight in Sergipe and engagement of leaders.

KEYWORDS: Engagement; Leaders; Lesbian Movement; State; Sergipe

¹ Esta pesquisa apresenta um recorte de análises realizadas na tese de doutorado do autor, defendida em 2013, no Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS).

² Doutor em Sociologia e professor adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (Campus Itabaiana). E-mail: marcos_demelo@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Aliar-se a uma ação coletiva, empenhar-se em uma “luta” e dedicar uma vida em prol de ideais compartilhados por um grupo envolve múltiplas dimensões. A aprendizagem do “gosto” pela militância e todo sentido a ela atribuído estão associados tanto a aspectos macrossociais, como as mudanças dos contextos histórico-culturais e as oportunidades políticas, quanto às microssociais, a exemplo das disposições sociais, das redes sociais estabelecidas, dos processos identitários e dos elementos afetivos envolvidos.

Identificar-se como negro, feminista, sindicalizado, homossexual ou LGBT, pode denotar algum nível de engajamento de uma pessoa, assim como participar de uma passeata, de uma greve ou visitar uma ONG de maneira esporádica. Mas que processos habilitam alguns agentes a saírem deste nível de engajamento e investirem tempo, energia e, muitas vezes, dinheiro, em suas militâncias?

Na tentativa de elucidar tal questionamento, o presente artigo analisa o engajamento, compreendido como “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa” (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p. 2010), de lideranças do movimento lésbico sergipano. Para este fim, realizaram-se entrevistas biográficas, reconstruindo-se os itinerários das lideranças, suas vivências, experiências, sentimentos, “histórias”, da captação de suas origens sociais (familiar e escolar), redes de pertencimento, sociabilidades, alianças e lógicas de engajamento e retribuição (REIS, 2007; SEIDL, 2009).

2. FORJANDO O MOVIMENTO LÉSBICO NO BRASIL E EM SERGIPE

No ano de 1978, com a criação do SOMOS (SP), o movimento homossexual brasileiro dava seus primeiros passos, baseado numa premissa de “homogeneidade” e “indiferenciação” entre as “minorias sexuais” que compunham o grupo, basicamente de gays e lésbicas. Esse período, narram MacRae (1990), Facchini (2005), Simões e Facchini (2009) e Pinafi (2010), não perdurou por muito tempo. Em 1979, após desentendimentos e em resposta aos posicionamentos “machistas” dos

gays, um subgrupo nomeado Lésbico-Feminista (LF) foi constituído³. O processo “divisionista” foi radicalizado em 1981, com a criação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

De acordo com Lessa (2007; 2008), desde a criação do LF, a emancipação do grupo de lésbicas do SOMOS (SP) não foi acompanhada por uma positiva capacidade de autonomia, evidenciada no esvaziamento das reuniões, na dificuldade de ingresso de novas integrantes e nas tentativas fracassadas de interlocução com os “guetos lesbianos”. Contudo, segundo a pesquisadora, o

[...] reconhecimento da assimetria entre gays e lésbicas nem sempre representou o desejo de absoluta ruptura, mas sim o desejo de as lésbicas redefinirem a relação com eles sobre bases mais igualitárias, trabalhando para a conquista da sua visibilidade social (LESSA, 2007, p. 94).

A partir desta lógica, e apesar deste artigo não ter como fundamentação discussões cunhadas nas “teorias feministas” e de “gênero”, reconhece-se que a mobilização tanto das mulheres não-lésbicas quanto lésbicas está fundamentada na intenção de suplantar “invisibilidade” ou “subalternidade” em relação aos homens e aos homossexuais masculinos, respectivamente. Corroborando esta análise, assevera Touraine (2010) que

[...] a imagem dos *gays* domina aquela das lésbicas assim como a imagem dos homens domina aquela das mulheres, e que o homem homossexual é descrito em termos clássicos, ‘masculinos’, enquanto que as mulheres homossexuais são em geral descritas como semelhantes às mulheres não homossexuais, mais estáveis nas relações amorosas do que os homens (TOURAINÉ, 2010, p. 37).

³ A busca por maior visibilidade do segmento lésbico, adverte Pifani (2010), foi constante entre as décadas de 1980, 1990, e 2000. Ela pode ser representada pelos debates sobre a inserção do termo lésbica no “Encontro de Grupo Homossexuais Organizados” (EGHO) que, após acirradas discussões, em 1993, passou a ser denominado de “Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais” (EBLHO) e, posteriormente “Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas”. Na década de 2000, especificamente em 2008, esses conflitos foram atualizados com os debates que cercaram “a alteração das siglas da Conferência Nacional, de GLBTT para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais), visando contemplar uma antiga reivindicação do segmento de lésbicas. Esta demanda lésbica vem justificada pelo desejo de serem mais visibilizadas, entre os outros participantes (GBTT) e perante a sociedade” (PINAFI, 2010, p. 341).

Isto explica o fato de que, apesar da participação das lésbicas no movimento homossexual brasileiro desde a década de 1980, somente a partir da década de 1990, como afirma Facchini (2005; 2008), exatamente em 1993, o termo lésbicas foi incluído no movimento, com o VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais. É somente a partir de meados da década de 1990 que

[...] o movimento de lésbicas ganha visibilidade com o reflorescimento do movimento, que se dá após as primeiras iniciativas governamentais de combate à epidemia de Aids e o estabelecimento de parcerias entre movimento homossexual e Estado, e o processo de segmentação de identidades coletivas em seu interior (FACCHINI, 2008, p. 27).

Assim como para outros segmentos do movimento LGBT, a epidemia do HIV/AIDS promoveu uma aproximação entre lésbicas ativistas e o Estado e gerou não apenas o fomento de políticas públicas de combate à doença, mas também a formação de novas lideranças através da promoção de eventos. Afirma Almeida (2010), com dados de suas pesquisas, que:

[...] a partir da década de 1990, tornou-se possível ao movimento de lésbicas e bissexuais, a obtenção de fomento internacional e, sobretudo, a produção de uma estratégia interlocução com o Estado, via Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde, em projetos de combate ao HIV/Aids. Especialmente o diálogo com o Programa Nacional de Combate à Aids iniciado ainda na década de 1980, foi descrito pelas próprias ativistas do movimento de lésbicas e bissexuais como estratégico. A princípio, a atenção do referido programa foi devotada aos gays, bissexuais masculinos, travestis e mulheres transexuais mas, sobretudo por força do empenho político da gestora federal Lair Guerra, as lésbicas foram em alguma medida incluídas na discussão. O relato de diferentes ativistas – algumas já em grupos autônomos – é o de que elas foram *convidadas* por aquela gestora federal para uma conversa. Da conversa resultaram os recursos financeiros para a organização do primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), no começo da década de 1990 (ALMEIDA, 2010, p. 89).

Deste modo, a participação do Estado junto às associações e lideranças lésbicas, entre as décadas de 1990 e 2000, teve implicações diretas na organização das “lutas”, evidenciadas principalmente na formação de lideranças, na organização das causas e na constituição de seminários, encontros, fóruns e projetos, a exemplo do Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) ou do “SOMOS LÉS”.⁴ Nesta direção, o:

[...] primeiro SENALE foi um marco fundamental na história do movimento, pois nele as lideranças começaram a esboçar um discurso comum e criou-se um campo de luta por uma política de saúde sexual para lésbicas e bissexuais, até então inédito no Brasil. Este campo de discussão foi desencadeado, mesmo que na ausência de uma literatura científica nacional que legitimasse cientificamente a afirmação da vulnerabilidade lésbica. Para afirmá-la, as ativistas pautaram-se na própria experiência de militância e nos relatos de vivências coletados em oficinas de discussão e prevenção de DST. [...]. O apoio dos programas de resposta a aids para as ONGS lésbicas não se restringiu à logísticas do Senales, viabilizou também, a partir deles a constituição de fóruns de debate e projetos educativos desenvolvidos por estas entidades. Por isso, em certa medida, *é possível dizer que o Estado fomentou aquele movimento social, invertendo o caminho mais comum da produção de políticas sócias: nasce como “respostas às necessidades sociais” e acabam por se traduzir em políticas públicas mais ou menos coerentes com as necessidades que lhes deram origem* (ALMEIDA, 2010, p. 89, grifos nossos).

A despeito dos investimentos do Estado, somente no início da década de 2000 uma incipiente mobilização política lésbica em Aracaju começou a ser delineada. Apesar de uma participação feminina bastante acanhada no Grupo Dialogay⁵, observável nos registros do livro da associação na década de 1980 e 1990, pode-se afirmar que as questões lésbico-feministas foram ponto de pauta da instituição, principalmente quando associadas à violência e às solicitações de criação

⁴ O “SOMOS LÉS” foi um projeto de sensibilização e capacitação de lideranças lésbicas, realizado em 2007 pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) e pela ABL (Associação Brasileira de Lésbicas) com financiamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

⁵ Criado em 1981, o Grupo Dialogay de Sergipe foi o primeiro grupo de defesa dos direitos homossexuais sergipanos.

de políticas públicas e de delegacias especializadas no atendimento de “grupos vulneráveis”, que passaram a atender os LGBT.

Os dados coletados através das entrevistas com as lideranças apontam que o movimento “lésbico” sergipano foi constituído inicialmente a partir do recrutamento de agentes de associações mistas (LGBT), através de suas participações em seminários financiados pelo Estado e organizados por ONGs e redes nacionais de “lésbicas”, a exemplo da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) ou da ABGLT. Os itinerários das militantes fundadoras do Grupo Athenas e do Movimento de Lésbicas de Sergipe (MOLS) demonstraram que as “sensibilizações” realizadas nos SENALES e no Somos Lés mobilizaram-nas através, principalmente, de redes de apoios pessoal e interinstitucional, que geraram relações profícuas entre as ativistas mais experientes e as neofitas envolvendo, entre outras coisas, a apropriação dos discursos referentes às causas defendidas e suas justificativas, além dos trâmites legais necessários para a fundação de uma ONG.

Este aspecto se contrapõe aos achados nas pesquisas de Almeida (2007) e Almeida (2010) onde se percebeu, na composição interna dos grupos, o fato de que muitos tiveram sua gênese num “casal fundador”, que agregava outros casais e amigas à associação. Quando a relação afetiva chegava ao fim, o grupo era dissolvido ou fragilizado com a permanência de uma única integrante do casal no grupo. Todavia, outro aspecto que se incorporou ao movimento lésbico, segundo estes autores, e bastante presente na mobilização sergipana, é o forte “personalismo”. Essas lideranças atraem para si, quase exclusivamente, os holofotes das causas, encarnando a identidade do grupo. Em certa medida, o personalismo é visto por alguns militantes “como uma necessária compensação pelo ônus decorrente tanto da constante exposição pública a que são submetidas às lideranças quanto pelas dificuldades inerentes à posição de líder: constantes viagens, disponibilidade muitas vezes integral à causa e prejuízo do tempo de lazer” (ALMEIDA, 2010, p. 91).

3. O ENGAJAMENTO DAS LÍDERES SERGIPANAS

Acerca do engajamento militante das líderes, verificou-se a presença de duas modalidades de participação entre as três agentes estudadas, Ângela,

Madalena e Lourdes⁶. No caso de Ângela e Madalena, fundadoras dos grupos Athenas e MOLS, respectivamente, apesar de origens sociais distintas e diferentes de itinerários, seus recrutamentos na defesa de bandeiras exclusivamente lésbicas têm em comum o fato de terem se estabelecido a partir de suas participações em eventos de formação de “lideranças lésbicas”.

Ângela tem origens sociais medianas e sempre estudou em bons colégios particulares de Aracaju. Seus pais nunca se envolveram com qualquer tipo de participação política, mas outros membros de sua família têm vínculos partidários no interior de Sergipe, e ela “sempre acompanhou com certa proximidade a vida política familiar”. A trajetória escolar desta agente aponta experiências importantes referentes ao seu protagonismo nos eventos festivos escolares. Através destas atividades conheceu algumas lideranças estudantis, mas não chegou a se envolver com maior afinco com este tipo de mobilização política.

Segundo ela, suas “angústias” em relação à sua lesbianidade, principalmente por ter que escondê-la da família, aproximaram-na do Grupo Dialogay. A experiência de violência familiar da qual foi vítima após sua homossexualidade ter sido “descoberta” e o apoio encontrado na associação com a constituição de uma rede de amigas foram importantes para seu engajamento. Mas somente com sua participação no SENALE seu engajamento na defesa das “causas lésbicas” se definiu. Apesar de não ter criado a associação a partir de um “casal fundador”, foi uma relação amorosa, fora de Aracaju, que a distanciou tanto da cidade quanto da mobilização política local.



UMA PROMOTORA DE EVENTOS E SUA MILITÂNCIA

Ângela⁷ tem 35 anos e nasceu em Goiânia. Sua família materna é sergipana e a paterna é turca. Trabalha com mídia digital e realiza divulgação de eventos, principalmente os vinculados ao público LGBT, em redes sociais. É formada no curso de tecnólogo em eventos numa universidade particular de Aracaju. Estudou sempre

⁶ Nomes fictícios.

⁷ Entrevista concedida ao autor em 01/02/2012.

em bons e elitizados colégios particulares. É a filha mais velha do casamento do seu pai e sua mãe e tem um irmão deste relacionamento. Possui mais dois irmãos por parte de pai. O irmão mais velho é sonoplasta, o do meio advogado e o irmão mais novo, técnico em informática. Nenhum de seus irmãos é engajado politicamente, contudo alguns primos maternos são envolvidos com política partidária (PSDB e PP). O avô materno era formado em Economia e exercia um cargo administrativo na polícia federal. Sua avó materna era professora e também era funcionária administrativa da polícia federal. O pai de Ângela era funcionário da área de informática do Banco Central em Brasília. A mãe é técnica de enfermagem. Na escola, Ângela sempre foi líder de turma a partir da 5ª série. No 2º grau se envolveu com a produção de eventos na escola, atividade que posteriormente se tornaria sua profissão. Durante a adolescência e início da idade adulta, em virtude da repressão em sua casa, uma família tradicional e de políticos do interior sergipano, não “assumiu” sua lesbianidade. Neste período, teve seu primeiro contato com movimento LGBT. Por telefone, procurou o Grupo Dialogay a quem solicitou ajuda. Foi convidada a participar de uma reunião, pois se encontrava confusa em relação a sua “orientação sexual” e a falta de apoio familiar. A partir de então começou a frequentar “ambientes gays”, assumindo-se publicamente como lésbica, mas não para sua família. Relata que a revelação à família aconteceu aos 23 anos e foi muito difícil, pois envolveu violência física e tentativa de expulsão de sua casa. Em 2001, envolvida com o Dialogay, como voluntária e para quem também prestava serviços como designer gráfica, foi convidada a participar com algumas amigas lésbicas de um evento em Fortaleza, representando a associação. Naquele período havia apenas duas lésbicas no grupo e ambas participaram do IV Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) em 2001, na cidade de Fortaleza (SE). Voltaram empolgadas com a importância de fundar um grupo para as lésbicas em Aracaju e, no ano seguinte, criaram o Grupo Athena. O grupo não tinha uma sede e não havia financiamento para as atividades. As adversidades, entretanto, foram parcialmente sanadas através da parceria com o grupo ASTRA com quem o Grupo Athena conseguia espaço e divulgação de material. Neste ínterim, também foi co-fundadora do Grupo APA-PLUS, conhecido também como Bloco Arco-íris. Em 2004 Ângela fundou, junto com outras lésbicas, a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL), afastando-se posteriormente em virtude das discordâncias com o grupo. Ângela define-se como apartidária e afirma que sua militância contempla uma perspectiva “informativa” e

“conscientizadora”. Analisa que as novas lideranças lésbicas em Sergipe têm objetivos diferentes do dela, pois querem viver às custas da militância. Em 2011, Ângela suspendeu as atividades da associação e se mudou para Joinville (SC) para morar com a namorada, com quem se relaciona há três, e fazer um curso de pós-graduação em sua área de atuação. Na cidade onde atualmente reside não faz parte de nenhum grupo de mobilização política LGBT, dado o fato de o único grupo existente ter sido extinto no início de 2012. Entretanto, Ângela mantém uma rede de relações de amizade com as lideranças do grupo, que realizam atividades pontuais na cidade, a exemplo da fundação de um bloco de carnaval “LGBT”, do qual a militante sergipana faz parte.



Por outro lado, Madalena teve uma forte socialização religiosa e a presença do pai presbítero, um líder da congregação, em sua infância. Seus conflitos religiosos, principalmente em relação à sexualidade a fizeram se afastar da casa de seus pais no início de sua juventude e buscar apoio em redes de amizade para viver a sua lesbianidade. Estas redes foram constituídas principalmente na escola onde estudava e a levaram ao universo da participação política LGBT aracajuana. O envolvimento com a associação, mesmo sem compromisso inicial, propiciou sua entrada em contato com órgãos municipais e estaduais voltados à fabricação de políticas públicas para mulheres, o que lhe proporcionou contato com discussões sobre direitos humanos e feminismo. Mas seu engajamento com a “luta lésbica” se efetivou após sua participação e formação no projeto desenvolvido pela ABGLT em 2007, “Somos Lés”.



UMA ESTUDANTE DE DIREITO LÉSBICA

Madalena tem 37 anos, é presidente do MOLS (Movimento Lésbico de Sergipe) e consultora de uma empresa de telefonia móvel. Cursa o primeiro período de Direito numa faculdade particular. Nasceu no interior na cidade de Paulo Afonso na Bahia, mas veio para Sergipe ainda muito pequena. Seus avós nasceram na Paraíba, eram agricultores e analfabetos. O pai trabalhou na Chesf em Paulo Afonso (BA), a mãe é dona de casa e costureira. Quando pequena, aos 9 anos, seu pai deixou o emprego

e veio tentar a vida em Aracaju. Filha do meio, Madalena tem 9 irmãos: 3 mulheres e 6 homens. Seus irmãos têm profissões variadas: professores, policial federal, artista plástico (pintor). Os pais de Madalena estudaram até a 5ª série e são evangélicos. O pai é presbítero da igreja, cuja principal tarefa é a de liderar um templo evangélico. Madalena passou a infância dentro da igreja e teve uma educação religiosa bastante rígida. Na infância recebeu um conjunto de informações que condenavam a homossexualidade. Aos 10 anos, na escola, apaixonou-se por uma menina, com a qual trocava bilhetes apaixonados. Os colegas de classe descobriram e começaram a chamá-la de “Maria João” e “Sapatão”, todavia não se recorda destas situações com afetos negativos. Na adolescência, contudo, seus sentimentos por meninas eram percebidas por si mesmas como ruins e, por conta de sua forte educação religiosa, demoníaca. Ela cobrava de si um controle de seus sentimentos por outras meninas. Essa autoimagem só se modificou a partir do seu ingresso no movimento LGBT. Dentro da igreja Madalena era professora da escola dominical e ministrava aula para grupos de jovens. Exercia certo tipo de liderança, pois lia e interpretava os livros do pai, presbítero da igreja. O pai sempre a incentivou nos estudos, mas era vista como “rebelde” por seus questionamentos, criando por vezes desconforto entre as pessoas da congregação. Aos 22 anos distanciou-se da igreja e, aos 25 anos, foi morar com uma amiga da escola por quem nutria uma paixão platônica. Nesse período trabalhou como empregada doméstica e vendedora ambulante. Madalena estudou em escolas públicas e nunca foi líder de turma ou participou de grêmios estudantis. A partir de contatos com amigos da escola onde estudava, conheceu o grupo Adhons e começou a frequentá-lo. Esse foi seu primeiro contato com associações LGBT. Na época que frequentava a igreja ouviu falar do Grupo Dialogay, mas nunca o visitou. Começou a participar do Adhons por diversão. Gostava de beber e ver os shows de transformismo que eram realizados pelo grupo. Contudo, neste ínterim, começou a “amadurecer” ideias sobre as questões políticas presentes no universo LGBT. Era a única lésbica da associação que, apesar de LGBT, era muito mais visitada por gays. “Eu comecei a observar que não se falava muito nas meninas. Eu comecei a observar: “cadê as outras”?[...] Quando se fala da discussão política, não se fala das mulheres lésbicas”. Após sua participação no “SOMOS LÉS”, seminário de capacitação e formação de lideranças “lésbicas”, organizado pela Associação Brasileira de Lésbicas (ABL) e pela ABGLT, com financiamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) em Fortaleza/CE,

no ano de 2007, no qual foi enviada como representante da ADHONS, retornou mais questionadora e terminou discutindo com as lideranças do grupo do qual participava, pois começou a perceber que ela não contemplava o segmento lésbico. No ano seguinte, em 2008, após conversas em lista de e-mails com outras lideranças, resolveu fundar o Movimento Lésbico de Sergipe (MOLS). Apesar da proposta não ter sido, inicialmente, muito bem recebida por outras lideranças LGBT, que argumentavam ser desnecessário uma ONG lésbica, dado o fato que acreditavam que as outras instituições contemplavam o segmento. Em 2009 na “Conferência Nacional GLBT” foi indicada como delegada. O MOLS, naquele momento, contava apenas com a participação de Madalena e, apesar de ter procurado apoio de “lésbicas” engajadas da academia e em outros espaços sociais, poucas se dispuseram a ajudar, além de nenhuma ter aceitado fazer parte do grupo. Afirma que o público de seu grupo são as lésbicas menos abastadas e menos intelectualizadas. Atualmente Madalena faz parte da câmara técnica da SEPM e, desde 2006 é membro da “Coordenadoria de Política para as Mulheres” na “Secretaria de Inclusão Social”.



A militância de Lourdes, em contrapartida, apresenta um itinerário que se distancia das ativistas anteriormente analisadas, principalmente por ter na esfera política partidária seu principal espaço de aprendizagens sobre participação política. Na sua família não há pessoas envolvidas com militância política ou de qualquer outra ordem. Com baixa escolaridade, Lourdes também não exerceu nenhum tipo de liderança na escola. Com origens sociais desfavoráveis, desde muito cedo ingressou no mundo do “trabalho informal” para se sustentar, mas aos dezoito anos passou a trabalhar numa empresa terceirizada de limpeza de ruas. Neste mesmo período assumiu a função de “cabo eleitoral” de um partido com o objetivo de angariar os votos das trabalhadoras cujo trabalho era por ela supervisionado. As redes que se estabeleceram a partir desta situação a puseram em contato com agentes engajados em diversos tipos de militância, dos sindicatos aos partidos políticos. Foi a partir desta rede que Lourdes foi recrutada, por ser identificada como lésbica e vinculada aos movimentos sociais. Em 2012, sem sucesso, a agente tentou reconverter seu capital militante em um cargo eletivo na câmara de vereadores sob filiação do Democratas (DEM). Estabeleceu como parte de sua plataforma eleitoral,

principalmente, projetos voltados à “saúde da mulher” e à “profissionalização feminina em serviços de mecânica veicular”.



MOTOTAXISTA E LIDERANÇA LÉSBICA

Lourdes⁸ tem 42 anos. Nasceu em Aracaju, num bairro da zona norte da cidade. Trabalha como mototaxista e é a presidente do “Grupo Greta Garbo”, uma ONG lésbica de Aracaju criada em 2009. Suas origens sociais são humildes. Seus avós, oriundos do interior do estado, eram agricultores e sem nenhum nível de instrução escolar. Sua mãe trabalhava como doméstica e ajudante de limpeza, além de ser rezadeira muito requisitada pela comunidade onde morava. Seu pai era vigilante e, nas horas vagas, catador de latas. Filha de uma prole de sete filhos, Lourdes morou parte de sua infância com sua avó à procura de segurança, pois ainda muito pequena foi vítima de tentativas de abuso sexual por vizinhos. Sempre estudou em escolas públicas e completou apenas o ensino fundamental, mas nunca exerceu nenhum tipo de liderança estudantil. Desde muito cedo foi inserida no mercado de trabalho para garantir sua sobrevivência. Aos sete anos de idade trabalhou como engraxate no centro da capital sergipana e, no início da adolescência, por volta dos onze anos, como babá em residências de classe média. Aos quinze anos tornou-se servente de pedreiro, momento em que coabitou com sua primeira companheira, uma mulher mais velha e com filhos. Aos dezoito anos, começou a trabalhar como fiscal da limpeza da cidade, numa empresa terceirizada que prestava serviços à prefeitura. Nesse trabalho aproximou-se das garis e, segundo ela, sensibilizou-se com as condições de maus tratos. Ao mesmo tempo, nesse período, foi procurada por partidos políticos para solicitar votos, junto a este segmento de trabalhadores, dando início a sua atividade como “cabo eleitoral”. Até hoje Lourdes atua como “cabo eleitoral” em campanhas sendo remunerada por tal serviço. Esta experiência parece ter sido importante na construção de redes sociais que a puseram em contato com os movimentos sociais e partidos políticos. A partir de suas relações partidárias, iniciadas no final de década de 1980 e início dos anos 1990, Lourdes conheceu várias lideranças de diversos tipos de militância e tornou-se o que chama de “militante

⁸ Entrevista concedida ao autor em 10/03/2012.

pelas causas sociais”, acompanhando sindicatos e movimentos sociais em manifestações. Sua ligação com os movimentos sociais era tão íntima que, no ano de 1999, junto com sua companheira participou da ocupação de um condomínio na zona sul da cidade, chamado de “Condomínio 5 de agosto”. No que diz respeito ao movimento “LGBT” chegou a frequentar rapidamente o Dialogay no início da década de 2000, mas não se via contemplada pela organização gay. Em 2008, por intermédio de uma candidata a vereadora do PT, de quem foi cabo eleitoral, foi apresentada a Madalena, presidente do Movimento Lésbico de Sergipe (MOLS). Em 2009, após desentendimentos com a presidente do grupo, a quem acusa de discriminar lésbicas, de não ter um projeto de movimento e não aglutinar participantes, desvinculou-se do MOLS e criou o Greta Garbo. “O ‘Greta Garbo’ nasceu porque eu tinha necessidade de dar respostas às demandas das lésbicas.” A companheira atual de Madalena, com quem convive há um ano, é costureira industrial e não participa de nenhum tipo de mobilização social. Lourdes faz parte, como representante do “Greta Garbo”, do “Comitê do enfrentamento contra abuso sexual contra criança e adolescentes”. Essa preocupação e atuação diante desse tipo de questão social foi iniciada na década de 1990, quando também fez parte do combate à exploração sexual infantil ao participar como voluntária de um pelotão especial de juizado da criança e da juventude. Chegando a esta atividade por intermédio de um professor de judô, pai de sua namorada no período. Atualmente é filiada ao Democratas (DEM) e foi candidata às eleições municipais como vereadora em 2012. No pleito obteve 107 votos e não conseguiu ser eleita. Anteriormente Lourdes foi filiada ao PMDB, mas sem maiores participações no partido.



De modo diferente do que se percebeu nos itinerários de algumas das lideranças em “lutas” de gays, travestis e transexuais⁹, os trajetos das lideranças lésbicas aracajuanas apresentam: 1) a ausência de ocupação de cargos na esfera estatal; 2) a não participação em posições/cargos de destaque em associações nacionais; 3) a inexistência de “homenagens” como forma de reconhecimento de

⁹ Para maiores informações consultar a tese de doutorado do autor.

seus investimentos nas lutas. Estes dados são reflexos das dificuldades local e nacional enfrentadas, em boa parte, pela exígua participação do Estado no apoio às causas estabelecidas nas “lutas” e pela inserção limitada das militantes lésbicas na construção de políticas públicas.

Além disso, observou-se uma maior dificuldade das lideranças “lésbicas” tanto em agregar militantes em torno de suas causas, quanto de organizarem materialmente suas instituições. Nenhuma das três associações aracajuanas tem sede, o que faz com que algumas utilizem outras organizações LGBT como espaço de encontro ou de referência para suas atividades.

As observações de campo e entrevistas apontam que estas lideranças estão praticamente sozinhas em suas “lutas”. Isto é corroborado pelos discursos das entrevistadas que expõem obstáculos no recrutamento das militantes, fato explicado pela impossibilidade de se exporem publicamente, até mesmo as mais intelectualizadas e declaradamente lésbicas. No entanto, ‘é possível inferir também que, ao menos na realidade sergipana, o pouco investimento estatal nas “causas”, se comparado ao investimento em outros segmentos LGBT, tem impedido o fortalecimento da mobilização, principalmente pela divisão dos holofotes com as mulheres não-lésbicas nos programas governamentais de prevenção às DST/AIDS e de combate à violência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte da agenda científica brasileira que se dedica ao estudo dos movimentos sociais foca suas análises nas instituições e percebe o Estado num constante enfrentamento com os movimentos sociais, compreendendo-os sempre em posições antagônicas. Igualmente, quando da institucionalização dos agentes, a percepção de alguns autores é a da perda de autonomia das mobilizações políticas ou ainda, numa vertente mais radical, da falência dos movimentos sociais.

Os pontos de partida deste trabalho foram outros. No lugar das análises das instituições privilegiaram-se as análises dos agentes que forjaram/forjam as “lutas” e, para além da visão do Estado como algoz dos movimentos, percebeu-se sua convergência política-ideológica em situações que culminaram na proposição e efetivação de várias políticas públicas, na formação e recrutamento de lideranças.

A convergência entre Estado e movimento LGBT a partir da década de 2000 possibilitou a criação de novos espaços de aprendizagem e de recrutamento de lideranças configurado a partir de investimentos estatais sistemáticos na capacitação e formação dos militantes neófitos. Nos relatos das jovens lideranças lésbicas, em observações e documentos analisados, os encontros, reuniões e seminários realizados com apoio estatal serviram como lugares de contato com os ativistas experientes, com discussões específicas e o uso de um vocabulário próprio à militância que revelam suas demandas, objetivos e expõe suas argumentações. Portanto, esses momentos transformaram-se em locais privilegiados para a politização da sexualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. A progressiva autonomização do movimento brasileiro de lésbicas no contexto da epidemia de Aids. In: 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007. **Anais...**Caxambu, p. 1-27. Disponível em: www.anpocs.org. Acesso em 30 de novembro de 2012.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Impasses contemporâneos do protagonismo lésbico: para além da inversão da sigla. In: POCAHY, Fernando (org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: NUANCES, 2010, p. 85-101.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. (Tese de Doutorado)

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. Brasília: Programa de Pós-graduação em História (Universidade de Brasília), 2007. (Tese de Doutorado)

_____. Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana. **Gênero**, Niterói, v.8, n.2, 2008, p. 301-333. Disponível em: www.ieg.ufsc.br. Acesso em 13 de jan. 2013.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PINAFI, Tânia. Assimetrias de poder na militância entre gays e lésbicas. In: COSTA, Horácio Costa et al. (org.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 333-342.

REIS, Eliana Tavares dos. **Contestação, engajamento e militantismo**: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 2007. (Tese de doutorado).

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento. Nota crítica sobre algumas tendências dos trabalhos franceses. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógicas de investimento militantes. **Pro-posições**, Campinas, v.20, n.2 (59), maio/ago. 2009, p.21-39.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Recebido em 04 de dezembro de 2013.

Aprovado em 06 fevereiro de 2014.